



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

LARISSA GABRIELA DE ARAÚJO

**IDOSOS UNIVERSITÁRIOS:**  
o que as pesquisas mostram

MARIANA – MG

2024

Larissa Gabriela de Araújo

**IDOSOS UNIVERSITÁRIOS:**  
o que as pesquisas mostram

Trabalho de conclusão de curso sob o formato de artigo realizado para a Disciplina EDU023 - SEMINÁRIO VII: CONCLUSÃO DE CURSO como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria da Exaltação Coutrim.

MARIANA – MG  
2024



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Larissa Gabriela de Araújo

### Idosos Universitários: O que as pesquisas mostram

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga

Aprovada em 20 de fevereiro de 2024

### Membros da banca

Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto  
Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Rosa Maria da Exaltação Coutrim, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30 de março de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria da Exaltacao Coutrim, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/08/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0766025** e o código CRC **9D014C7A**.

## **IDOSOS UNIVERSITÁRIOS:**

o que as pesquisas mostram

ARAÚJO, Larissa Gabriela de.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação.

### **Resumo**

O artigo tem como foco principal os desafios que os estudantes idosos enfrentam ao ingressarem no ensino superior. A pesquisa adotou uma abordagem exploratória a partir de pesquisas bibliográficas com foco nos trabalhos científicos que trazem como principal tema “os idosos na universidade”. Os resultados encontrados nos artigos, teses, dissertações e capítulos de livros analisados revelam que os desafios enfrentados pelos mais velhos ao cursarem a universidade são diversos e o etarismo é um dos grandes problemas a serem vencidos. Isso se reflete na dificuldade dos longevos em fazer trabalhos em grupo. Também são apontados como obstáculos, a falta de infraestrutura pensada para esse público, e a pouca familiaridade com o uso de tecnologias. As pesquisas também indicam que o apoio de amigos e familiares é essencial para o ingresso e permanência na universidade. Com isso, conclui-se que ainda há muito para se conquistar quando se trata da participação das pessoas idosas na sociedade e do direito à educação ao longo da vida.

**Palavras-chave:** idosos no ensino superior; inserção da pessoa idosa no ambiente educacional; educação da pessoa idosa.

## **Abstract**

The article's main focus is the challenges that elderly students face when entering higher education. The research adopted an exploratory approach based on bibliographical research focusing on scientific works that have as their main theme “the elderly at university”. The results found in the articles, theses, dissertations and book chapters analyzed reveal that the challenges faced by older people when attending university are diverse and ageism is one of the major problems to be overcome. This is reflected in the difficulty of long-lived people in doing group work. Obstacles also include the lack of infrastructure designed for this audience, and the lack of familiarity with the use of technology. Research also indicates that support from friends and family is essential for printing and staying at university. With this, it can be concluded that there is still a lot to be achieved when it comes to the participation of elderly people in society and the right to lifelong education.

**Keywords:** seniors in higher education; insertion of elderly people into the educational environment; education of the elderly.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	7
EDUCAÇÃO NA MATURIDADE .....	8
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PARA A POPULAÇÃO IDOSA.....	11
INGRESSO DO IDOSO NO ENSINO SUPERIOR.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	17
REFERÊNCIAS .....	19

## **Introdução**

No cenário contemporâneo, o envelhecimento populacional é uma realidade incontestável, o que traz desafios para os governos e a sociedade em geral; e exige reflexões sobre o papel e a participação social da pessoa idosa. Em relação à educação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) traz uma visão abrangente, ao afirmar que a educação ao longo da vida é capaz de promover o desenvolvimento integral do ser humano, ou seja, o aprendizado contínuo inclui todas as faixas etárias, como adultos e idosos (Anica, *et al.*, 2014). Contudo, uma parcela significativa da população brasileira enfrenta desafios no acesso à educação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), cerca de 16% da população com mais de 60 anos é analfabeta e 69,6% não conseguiu concluir o ensino fundamental. O baixo grau de escolaridade das pessoas idosas torna evidente que o ingresso na Universidade é muito difícil para a grande maioria da população idosa no Brasil. Embora não haja dados específicos disponíveis sobre o número de pessoas com mais de 60 anos que ingressam na universidade, observa-se um crescente interesse dessa população pelos estudos.

Segundo Reis *et al* (2018) as pessoas idosas que chegam à Universidade, encontram novas possibilidades as perspectivas de futuro, pois vislumbram uma oportunidade para concretizar sonhos e consolidar novos saberes. Contudo, tal percurso não é simples, uma vez que eles enfrentam, em muitos casos, barreiras sociais; como o etarismo, que é o preconceito contra as pessoas idosas, e a falta de conhecimentos prévios dos docentes acerca das peculiaridades do processo de aprendizagem na maturidade. A medida em que a sociedade observa a presença de longevos universitários, rompe a educação com privilégios para determinadas etapas da vida e indaga a hierarquização e concentração das oportunidades de aprendizagens produzidas pela sociedade (D'Alencar, 2002).

O artigo apresentado é fruto de uma pesquisa desenvolvida a partir do enfoque da Sociologia da Educação e da Sociologia do Envelhecimento, trazendo elementos para a reflexão sobre a escolarização e a dificuldade da inserção da pessoa idosa no ensino superior. Assim, buscando conhecer melhor as vivências das pessoas idosas ao ingressarem nas instituições de ensino superior (IES) esta pesquisa partiu da seguinte pergunta: Quais são os principais desafios enfrentados pelos idosos que decidem ingressar na Universidade? Para respondê-la, este trabalho traz como objetivo principal analisar o que as pesquisas trazem sobre os/as idosos/as que decidiram embarcar no desafio do Ensino Superior, ressaltando as dificuldades e possibilidades que encontram no curso universitário. Por se tratar de um tema pouco estudado,

a investigação de cunho exploratório embasou-se na metodologia da pesquisa bibliográfica, pois a mesma permite uma visão abrangente das principais discussões, debates e lacunas na literatura.

Inicialmente, foi realizada uma busca de pesquisas sobre o tema nas seguintes plataformas de publicações acadêmicas: Scielo, Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, nas quais foram encontradas apenas 18 publicações que tratam sobre idosos na Universidade. Entretanto, a partir do objetivo geral foram utilizados filtros de busca como possuir pertinência à discussão de idosos universitários, excluindo termos como “Universidade Aberta à Terceira Idade” e “Educação ao longo da vida”, pois não tinham relação direta com o problema de pesquisa. Para a busca, foram definidos diferentes descritores e os principais foram: “idosos na universidade”, “envelhecimento e educação universitária”. Na segunda etapa, foram encontradas seis publicações para análise mais aprofundada por estarem diretamente ligados ao tema deste trabalho. Não foi definido o período das publicações com o objetivo de selecionar o maior número possível de pesquisas sobre o tema. As pesquisas encontradas se concentram entre os anos de 2016 e 2021 e contam com autores como Areosa (2016); Fernandes (2020; 2021); Villas-Boas (2016); Oliveira *et al.* (2016); Reis (2018) entre outros. Além dos estudos específicos sobre o tema encontrados por meio de busca sistemática nos portais Scielo, Periódicos da Capes e Google Acadêmico, também foram analisadas obras que discutem o envelhecimento e a educação da pessoa idosa.

A proposta desse estudo teve sua gênese a partir de vivências pessoais da autora com o seu avô materno que era analfabeto. Promovendo, posteriormente, indagações em relação a aprendizagem da pessoa idosa, ampliando e fomentando questionamentos sobre o envelhecimento ativo na Universidade. Este trabalho apresenta contribuições para discussões sobre inclusão e valorização da diversidade geracional no ambiente acadêmico, colaborando para que a sociedade rompa com preconceitos em relação a população idosa e as instituições criem meios para a interação e o compartilhamento de conhecimentos intergeracionais.

Com o intuito de provocar reflexões sobre a inclusão a pessoa idosa no ambiente universitário, este artigo foi organizado em três partes, além da introdução e das considerações finais: Educação na maturidade; A Educação de Jovens e Adultos: Um espaço de aprendizagem para a população idosa; ingresso do/a idoso/a no ensino superior.

### *Educação na maturidade*

Hoje tem sido amplamente divulgado que o envelhecimento populacional no Brasil está

em um processo acelerado, uma vez que a cada dia mais pessoas chegam aos 80, 90 e 100 anos (Coutrim, 2019). Contudo, ao tratar dessa temática, ainda é comum relacionar a pessoa idosa ao envelhecimento físico, a falta de habilidades e os estigmas vinculados a esse público. Em vista disso, cabe aos pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas compreender como os indivíduos de 60 anos ou mais vivenciam a longevidade e, em especial, à Sociologia do envelhecimento investiga as implicações sociais e políticas do processo de envelhecimento.

Coexistem diversas maneiras de experienciar esse processo, todas elas são influenciadas pela classe social, gênero, raça, condições de saúde e familiares. Há um grande número de pessoas que experienciam em situação de pobreza, adoecimento, abandono familiar e banimento social. No entanto, há também experiências de envelhecimento sem muitas perdas, considerada por especialistas como “velhice ativa”, caracterizada com a participação na sociedade, com oportunidades de manter ou melhorar a saúde, o intelectual, mental e social (Pereira, 2012, p.15).

Conforme nos trazem Areosa *et al* (2016) com base em Figueiredo (2008):

[...] o modo como um indivíduo envelhece não depende somente de fatores genético biológicos, mas também do contexto social cujos fatores associados comumente estão fora de controle, como por exemplo, a presença da pobreza, a dificuldade de acesso à educação ou a serviços de promoção da saúde e prevenção de doenças (Figueiredo, 2008 *apud* Areosa *et al.*, 2016, p. 215).

Assim, a partir da citação de Areosa (2016), compreende-se que a longevidade está intrinsecamente ligada a aspectos para além do biológico. Além disso, a autora destaca que as influências do contexto social em que o indivíduo está inserido influencia fortemente como envelhece. Nesse sentido, a velhice não deveria ser representada como declínio, mas como continuidade e manutenção da vida cotidiana (Guillemard, 1986), pois desafia estereótipos negativos, frequentemente associados aos longevos, que muitas vezes são baseados em preconceitos e representações limitadas. Ao sugerir que a velhice não é um declínio, a autora destaca a importância de promover uma visão positiva e inclusiva do envelhecimento.

Dessa forma, é possível reconhecer que o acesso à educação pode contribuir significativamente para um envelhecimento participativo na sociedade. No entanto, devido à discriminação associada à idade, a sociedade em geral e, conseqüentemente, muitas pessoas idosas se consideram "fora do tempo" para iniciar estudos, em razão da discrepância na diferença de idade, da falta de apoio e ao rótulo social que sugere que esse público não é mais produtivo.

Foram quase quinhentos anos de negação dos direitos da educação dos sujeitos adultos

e idosos que, durante o curso da vida, enfrentaram dificuldades para obter acesso à educação ou tiveram que interrompe-la por diversas razões (Soares; Pedroso. 2016). Apesar disso, a população idosa, atual, busca a escolarização, considerando a educação uma estratégia para ampliar novas habilidades e um meio para a inserção social, nesse contexto,

[...] observa-se um novo perfil de idoso, ocupando os espaços educativos; um indivíduo que pensa e atua de forma diferente dos demais, exigindo tratamento diferenciado, lutando pelos seus direitos e por sua cidadania. Esse idoso do século XXI busca, por meio da educação, ocupar um espaço social e, quando tem a possibilidade de ingressar em uma universidade, aumentam suas chances de participar ativamente do processo de aquisição de novos conhecimentos, contribuir para a construção de uma nova cultura a partir da bagagem de experiências adquiridas nos anos vividos e sentir-se inserido na sociedade, conforme salienta Tavares (2008, p.87). (Oliveira, *et al.* 2016).

Presente ativamente nos espaços educativos, a população idosa procura ocupar um lugar com a sociedade que antes lhe era negado, como o acesso a educação básica. No Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) o art. 21 Redação dada pela Lei nº 14.423 de 2022 assegura o direito à educação à população idosa com a necessidade de adequar currículos e metodologias e material didático aos programas educacionais ao público idoso. Por meio dessa lei é possível reconhecer a importância de adaptar o ensino para atender às especificidades e necessidades desse grupo etário, considerando fatores como a experiência de vida, as habilidades cognitivas e as características individuais. A inclusão desta disposição na legislação evidencia o entendimento da relevância da educação ao longo da vida, reconhecendo que as pessoas idosas têm o direito não apenas de participar de programas educacionais, mas também de usufruir de um ensino que leve em consideração suas particularidades.

Entretanto, de acordo com Serra (2016), não basta que as pessoas idosas tenham acesso ao conhecimento escolar, é necessário que haja também a inclusão digital:

[...] a população idosa é menos escolarizada que as gerações mais jovens, sendo significativo o número de analfabetos e daqueles que possuem dificuldades na leitura e escrita [...] para que haja mudanças, é de suma importância não só a garantia a todos os idosos, o acesso à educação ao longo da vida, como também o domínio das novas tecnologias e a participação junto a outras gerações, na produção de bens e cultura. (Serra, 2016, p. 154)

Diante dessa ótica, os baixos níveis de escolaridade dos idosos, demonstram reflexos educacionais de fatores históricos, sociais e políticos que impactaram suas vidas. Ademais, em uma sociedade digital o uso de novas tecnologias é algo crucial, em todos as áreas, inclusive na educação. Desse modo, é importante que a população idosa tenha acesso, familiaridade e consiga participar junto aos outros grupos etários das oportunidades de inclusão no mundo

contemporâneo, fortemente influenciado pelas tecnologias. No entanto, sem a escolarização básica, a inclusão digital é quase impossível, visto que parte a inserção social é oferecida pelo meio digital.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) se configura como a única modalidade educativa voltada para atender às necessidades de jovens, adultos e idosos que não concluíram sua educação formal. Com isso é esperado que a população idosa possa se beneficiar plenamente das oportunidades educacionais disponíveis, destacando a importância da EJA como um meio inclusivo e acessível para a promoção do aprendizado ao longo da vida.

#### *A Educação de Jovens e Adultos: Um espaço de aprendizagem para a população idosa.*

A origem histórica da EJA como modalidade de ensino é recente. Embora existam registros de iniciativas educacionais voltadas para adultos desde o período colonial, somente em 1945, por meio do decreto 19.513, a EJA foi oficialmente considerada como um direito garantido. Entretanto, os educadores apresentam dificuldade na prática pedagógica para atender o público adulto analfabeto. Dessa forma, precisou-se considerar políticas, um currículo próprio e práticas pedagógicas específicas para a educação de jovens, adultos e idosos. (Gouveia, 2015).

Apesar dos avanços, houve um período de grande retrocesso na política de educação de adultos, principalmente na década de 1960, com o golpe militar de 1964, pois os projetos educacionais passaram a ser vistos como ameaça ao regime e foram interrompidos. Seus idealizadores foram perseguidos e exilados (Gouveia, 2015). Durante esse período, foram criados programas nacionais, como exemplo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que foram estabelecidos com o objetivo de preencher lacunas resultantes da repressão aos movimentos da educação popular (Vilanova; Martins, 2008). Esse programa tinha como objetivo atender demandas políticas, erradicar com analfabetismo e capacitar a mão de obra para o mercado de trabalho. Consequentemente, ao longo do documento do MOBREAL observa-se uma exclusão em relação à educação de idosos, já que eles precisavam de mão de obra jovem para o trabalho (Gouveia, 2015).

Em 1988 a Constituição Federal Brasileira assegurou o direito à educação para os cidadãos de diferentes grupos etários. Com isso, a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Educar) foi estabelecida. Com seu encerramento, em 1990, ocorreu uma descentralização dos programas da EJA, que passam a ser disponibilizados pelos estados e municípios (Vilanova; Martins, 2008 *apud*. Gouveia, 2015).

Um ganho importante para a população adulta e idosa foi a publicação em 1996, da Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9.394/1996), que traz no artigo 37 a reafirmação do direito à educação de jovens e adultos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. §2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (Brasil, 1996, p. 29).

Esse momento foi significativo para a evolução na legislação educacional brasileira, no que tange a EJA. Embora tenham contribuído pouco para esse campo específico, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CEB) em 2000 regulamentou as diretrizes da modalidade. De acordo com PARECER CNE/CEB 11/2000:

As diretrizes curriculares nacionais da EJA são indispensáveis quando da oferta destes cursos. Elas são obrigatórias, pois, além de significarem a garantia da base comum nacional, serão a referência exigível nos exames para efeito de aferição de resultados e do reconhecimento de certificados de conclusão (BRASIL, 2000. p.32).

Com o avanço na legislação voltada à regulamentação e expansão da educação de adultos ao longo do tempo, a EJA buscou corrigir uma lacuna social em relação àqueles que foram privados de oportunidades educacionais, excluídos do sistema de alfabetização ou que por alguma divergência do curso de vida não puderam ter acesso à escola no período considerado adequado (André, 2015). Em vista disso, a EJA implica no compromisso de fazer a reparação, acima de tudo equilibradora, mas, também, qualificadora da dívida gravada na história social e educacional desses indivíduos. Nesse sentido, a alfabetização, assim como a educação em geral, não apenas impulsiona a mudança histórica, mas, também, representa um instrumento fundamental para todas as transformações sociais (Freire, 1987, p.38).

Foi possível observar um processo de inserção maior das pessoas idosas na EJA, finalizando os estudos e desejando de continuar os estudos. Embora os longevos estejam ocupando os espaços que antes lhes eram negados, valem as reflexões: a sociedade está preparada para ver os idosos na rua, participando das mesmas atividades que os outros diferentes grupos etários? A universidade está preparada para receber esses alunos? Tais questionamentos ainda não são possíveis de serem respondidos, devido ao baixo número de pesquisas sobre o tema, entretanto há pesquisas que demonstram que o ingresso do idoso nas instituições de ensino superior traz benefícios para o próprio estudante e para a sociedade. Tal discussão será apresentada no próximo tópico.

### *Ingresso do idoso no ensino superior*

As pessoas idosas que conseguem finalizar a educação básica e buscam ampliar os seus conhecimentos, estão aptos a realizar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), adotado pelo Governo Federal para o ingresso de estudantes nas instituições de ensino superior. Esses alunos procuram uma Universidade para que tenham aprendizagens de outros conteúdos, para reafirmar suas capacidades pessoais, melhorar o trabalho, conviver com pessoas jovens ou para exercer uma profissão. Para isso, é necessário que a academia forneça meios para a efetivação do direito desses sujeitos de frequentarem o nível superior (Fernandes, 2020), garantindo seus direitos perante a sociedade, que os exclui desse processo. (Reis *et al.*, 2018). Neste contexto, o Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) o art. 25 declara que

As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais ou não formais (Redação dada pela lei nº 13.535, de 2017).

Parágrafo único. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual. (Incluído pela lei nº 13.535, de 2017) (Brasil, 2003, s/p).

Em vista do exposto, destaca a obrigatoriedade das instituições de educação superior em promover a educação ao longo da vida, determinando o estímulo por parte do poder público. A importância das instituições na promoção de oportunidades educacionais inclusivas e adaptadas às necessidades da população idosa. Entretanto, para além da Universidade Aberta à Terceira Idade, é esperado que as universidades estejam preparadas para uma sala de aula intergeracional com contextos sociais diversos, proporcionando oportunidades educacionais significativas para todos. Nesta perspectiva, a Educação Intergeracional (E.I) é um processo:

que contribui para superar estereótipos e preconceitos de idade, que procura fomentar o respeito pela diversidade e a diferença, a pluralidade de valores, os costumes e as identidades individuais ou coletivas, desenvolver conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores e promover a ajuda mútua e o desenvolvimento pessoal (Villas-Boas *et al.*, 2016, p. 121).

Villas-Boas *et al.* sugerem que ao interagir e compartilhar experiências entre diferentes gerações, é possível desconstruir ideias preconcebidas e promover uma visão mais aberta e inclusiva sobre o envelhecimento. Sob esse ponto de vista, a E.I é apresentada como um meio de desenvolver integralmente os participantes. Isso envolve não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e valores, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Nesse sentido, ao entrevistar idosos universitários em sua pesquisa Fernandes (2020, p. 154) menciona “Ipê 7 afirmou que um de seus aprendizados durante seu curso de graduação foi conviver com pessoas diferentes dele”. Em sua fala, o estudante revela ainda que o ambiente universitário proporcionou uma experiência enriquecedora pela diversidade de perspectivas, origens e experiências, contribuindo para o desenvolvimento interpessoal. A experiência de conviver com pessoas de faixas etárias diferentes desafia estereótipos e preconceitos, proporcionando a oportunidade de desconstruir ideias e promover uma compreensão mais profunda da diversidade humana. Para isso, é necessário um processo de educação inclusiva, salienta-se ainda que essa educação para a pessoa idosa deve ser fundamentada no respeito, na aceitação das diversidades e na verdadeira colaboração entre os indivíduos (Freire, 2008).

Além disso, em todos os níveis de ensino os idosos podem contribuir para a troca de saberes, entre o senso comum e o saber acadêmico, criando uma aproximação de diferentes sujeitos desenvolvendo uma consciência mais humana e crítica em relação à sociedade. De acordo com Oliveira *et al.*, (2016), a junção desses dois conhecimentos é considerada um avanço, que não diminui um em detrimento do outro, mas valoriza um para a evolução e desenvolvimento do outro.

Ou seja, todo processo de ensino e de aprendizagem é pautado na interação e na troca. Por isso, é fundamental que os docentes saibam complementar o saber dos longevos com o saber acadêmico, pois acredita-se que há uma gama de vivências que podem contribuir de forma significativa nas salas de aula. As pessoas idosas possuem a bagagem social, cultural e experienciaram diversas situações que contribuíram para se tornarem senhores de um saber da vida, acumulados de conhecimentos produzidos ao longo da vida, mesmo que não seja o saber acadêmico. Com isso, a aprendizagem desses estudantes pode ser relacionada aos conhecimentos de vida, pois “nenhuma necessidade é mais humana do que a de perceber o significado da própria experiência” (Costa, 2001, p. 37-52). Portanto, é importante compreender a educação não apenas como um processo individual, mas como uma experiência socialmente construída.

Entretanto, é importante pontuar os obstáculos possíveis à permanência desses estudantes no espaço universitário. Em razão da carência de estímulos aos estudos durante o período da infância e adolescência, pode haver pouca ou a ausência de habilidades de organização ou uma rotina de estudo para a pessoa idosa e, caso a instituição não esteja ciente dessa peculiaridade, os universitários enfrentarão desafios para acompanhar as tarefas acadêmicas (Fernandes, 2020). Daí a importância da sensibilidade institucional às necessidades

específicas dos estudantes mais velhos. Alguns idosos enfrentam dificuldades para se integrar nos trabalhos em grupo, que docentes exigem que sejam feitos dessa maneira, devido a construção social e estigmas de que os mais velhos não sabem de nada e não têm nada para ensinar (Fernandes, 2020).

As objeções acerca da integração nos grupos podem ser resultado do etarismo, conhecido como preconceito em relação à idade, podendo aparecer tanto de forma explícita quanto implícita (Fernandes, 2020). O etarismo tem origem em alguns fatores, como, por exemplo:

a falta de informações sobre o processo de envelhecimento e a velhice, o enaltecimento ao que é jovem em detrimento do que é velho, e a ausência do convívio intergeracional, que faz com que as gerações mais novas não compreendam a relevância de se conviver e aprender com aqueles que acumularam mais experiências (Castro, 2017; Ferrigno, 2002 *apud*. Fernandes, 2020).

O preconceito etário gera para as pessoas idosas dificuldades em permanecer nas IES e influencia negativamente na forma como os próprios idosos se reconhecem. Além disso, esse preconceito interfere diretamente na maneira como as pessoas comportam diante dos mais velhos. Dessa forma, esse estigma contribui para uma exclusão da população idosa nas atividades ditas para todos.

Certamente, as presenças de espaços acessíveis também são de grande importância para a permanência dos longevos na Academia, como cita Fernandes:

[...] o Ipê 7 nos contou que: “Lá no departamento lá eu nem sei se tem elevador né, mas eu acho que não tem [...]. Eu vejo deficiente físico lá, tem uma menina lá que tem uma dificuldade, tadinha, eu fico com uma dó quando tem que subir aquela lá escada do [...]”

O exemplo mencionado por Ipê 7 demonstra que tornar os espaços da universidade mais acessíveis não beneficiará apenas os idosos, mas a qualquer pessoa que, momentânea ou permanentemente, esteja com alguma limitação de locomoção (Fernandes, 2020, p. 154).

É importante destacar que para algumas pessoas idosas a necessidade de espaços acessíveis é essencial devido mobilidade reduzida, seja temporária ou permanente. Neste sentido, a dificuldade de um estudante ao subir escadas destaca a necessidade de empatia em relação às limitações de locomoção. Dessa maneira, infraestrutura pensada nesse público garante que eles possam participar da vida acadêmica.

Ainda nesse diálogo com os participantes da pesquisa sobre acessibilidade, Fernandes relata:

Acerca da sugestão de melhorias de acessibilidade para os idosos, o Ipê 7 expôs:

Poderiam melhorar, isso aí tem muita coisa. Vaga para idoso né, aqui eu vejo vaga para deficiente, agora para idoso eu nunca vi, não tô lembrado de ter visto placas assim, espaço reservado em estacionamento para idoso que seja

próximo, próximo de banco, eu nunca vi não. Eu acho que seria interessante (Fernandes, 2020, p.154)

Em relação a esse assunto, Ipê 7 faz um comparativo entre as vagas para deficientes físicos e para as pessoas idosas, pode-se concluir que é relevante para esses estudantes que tenham espaços para alocar os carros para facilitar a presença nas instituições (Fernandes, 2020). Esses espaços adequados para estacionamento são essenciais para proporcionar condições equitativas para que tanto os deficientes físicos quanto a população idosa possa acessar as instalações acadêmicas. Dessa forma, a disponibilidade de vagas para longevos está intrinsecamente ligada à promoção da inclusão social.

Apesar dos obstáculos que podem influenciar a permanência desses estudantes, o apoio familiar e dos amigos é indispensável para incentivá-los a persistir no ensino superior. Sobre este tema, Fernandes *et al.* citam:

As famílias e amigos dos idosos entrevistados, em sua maioria, os incentivam a frequentarem um curso superior. A seguir elencamos alguns discursos que apontam para a nossa afirmação:

“Ele (o marido) gosta. Ele incentiva também. Ele e meus meninos tudo... acha muito bom. Já tão até pensando em fazer festa de formatura.” (Ipê 4, mulher, grifo nosso); “Adoraram! O incentivo partiu da nome e nome, mais da nome, porque foi ela que fez a matrícula, né? Mas, no dia da graduação, não é, tava parecendo que era a filha das duas e do meu marido que tava graduando.” (Ipê 2, mulher, grifo nosso); “Aí eu fui incentivado pelo meu amigo, que se eu tivesse passado sozinho eu não teria ido, teria deixado a vaga para lá” (Ipê 7, homem); “Gente da família dando apoio é importante demais” (Ipê 6, mulher); e “Eu tinha uma amiga que me incentivava” (Ipê 11, mulher)” (Fernandes *et al.*, 2021, p. 6)

No caso dos entrevistados é revelado uma dinâmica positiva familiar da iniciativa da pessoa idosa para buscar novos conhecimentos na universidade. Os relatos sugerem que o suporte do cônjuge, de amigos e familiares na tomada de decisões é crucial, pois destaca um comprometimento com a decisão do idoso. Sendo assim, esse empenho em apoiar os longevos deve ser contínuo durante a permanência na universidade. Logo, as autoras destacam não apenas a importância da decisão individual dos idosos de buscar educação superior, mas também o papel fundamental do apoio emocional e prático proveniente de familiares e amigos.

Em suma, para além do apoio dos familiares e amigos, as instituições devem colaborar para o ingresso e permanência desses alunos para que consigam estudar e, também, a aquisição do conhecimento que as pessoas idosas têm direito (Fernandes, 2020). Isso pode incluir ações como programas de admissão flexíveis, apoio no processo de matrícula e outros esforços para promover a inclusão de estudantes mais velhos. Implica também em criar ambientes de aprendizado que atendam às necessidades específicas desse grupo etário, considerando fatores como métodos de ensino, suporte acadêmico e adaptações físicas, para assim proporcionar um

espaço favorável.

### **Considerações finais:**

Idosos com pouca escolaridade enfrentam, frequentemente, desafios ao buscar novos conhecimentos. Essas dificuldades podem surgir de limitações na base educacional ou de obstáculos sociais que, muitas vezes, os excluem de oportunidades de aprendizado, como o etarismo. Vale salientar que, apesar dos preconceitos, há uma disposição de uma parte da população idosa em adquirir novos conhecimentos. Refletindo não apenas um desejo intrínseco de crescimento pessoal, mas também o desejo em confrontar os estigmas relacionados a esse grupo etário.

Nesse contexto, a promoção do aprendizado contínuo na terceira idade torna-se crucial para o bem-estar e qualidade de vida desses indivíduos. Superar barreiras educacionais e garantir os direitos que foram negados às pessoas idosas requerem cooperação de todos cidadãos. Ao proporcionar oportunidades de aprendizado e colaborar para a permanência desses estudantes nos espaços escolares e universitários, as pessoas idosas são incentivadas a participar ativamente na sociedade e também a buscar o seu próprio desenvolvimento.

Nesse contexto, a EJA destaca como um espaço de oportunidades para as pessoas idosas que ainda desejam estudar, tornando-se uma ponte para a superação de barreiras educacionais enfrentadas por muitos com trajetórias escolares interrompidas. Essa modalidade de ensino é uma conquista, ao reconhecer e valorizar aqueles que não iniciaram ou que passaram por adversidades que prejudicaram as suas escolarizações. A EJA para além de adquirir novos conhecimentos, fortalece a autoestima, a sensação de pertencimento e a visão sobre novas oportunidades. Ademais, essa modalidade, colabora para o reconhecimento da educação como um direito universal, na qual a educação é acessível a todas as faixas etárias. Em vista disso, os resultados mostram que os estudantes idosos podem enfrentar desafios únicos, como a adaptação a novas tecnologias, acessibilidade voltada para esse público e a necessidade de métodos de ensino que levem em consideração a experiência de vida.

A presença de pessoas idosas na universidade ainda carece de estudos e investigações, uma vez que ainda são raras as produções acadêmicas sobre o tema. Logo, é necessário ampliar e aprofundar as investigações acadêmicas voltadas para a experiência da população idosa na universidade, a fim de proporcionar uma discussão mais ampla sobre o tema, que influencie no desenvolvimento de ambientes educacionais adaptados às demandas específicas desse grupo etário.

Os idosos que conseguem ingressar nas instituições de ensino enfrentam diversos desafios que podem ser um empecilho para a permanência. A falta de, ou o pouco, estímulo

educacional ao longo da vida, as questões de acessibilidade e infraestruturas pensadas para pessoas idosas, o etarismo, as dificuldades para acompanharem as demandas acadêmicas são alguns desafios que podem comprometer a integração desse grupo etário às IES. Além disso, a falta de informações sobre o processo de envelhecimento e a ausência de convívio intergeracional também contribuem para a perpetuação dos preconceitos.

Problemas relacionados à infraestrutura e adequação das instalações também são obstáculos. Essas dificuldades podem comprometer a participação plena desses estudantes na vida acadêmica, bem como de pessoas jovens com deficiência. Por outro lado, existem agentes que contribuem para o ingresso e a permanência das pessoas idosas na Universidade. O suporte familiar e social; é fundamental para a decisão e permanência dos longevos. Entretanto, em muitos casos, mesmo que seja importante, o grupo de apoio não é suficiente para superar os desafios estruturais e culturais que permeiam o ambiente universitário.

Assim, a universidade precisa não apenas reconhecer, mas também agir proativamente para garantir a inclusão e a permanência bem-sucedida da população idosa no ensino superior, implementando medidas que vão desde programas de admissão flexíveis até adaptações físicas e pedagógicas que atendam às necessidades específicas desse grupo. Portanto, ao reconhecer a diversidade etária, as instituições de ensino apresentam-se como alternativa viável para inclusão desses sujeitos na sociedade.

Diante disso, baseado na concepção do acesso à educação como um meio de integração social e prática da cidadania, este artigo trouxe alguns desafios que idosos enfrentam ao iniciarem ou darem continuidade a vida acadêmica, ressaltando algumas necessidades específicas que a população idosa carece para a permanência deles nas IES. Desencadeando, então, reflexões acerca da necessidade de repensar e adaptar as estruturas acadêmicas para garantir a participação plena e significativa dos idosos no ambiente universitário. Em suma, a pesquisa mostrou-se importante para que esse público tenha oportunidade de falar, de se expressar, de ser ouvido, que seja motivado e valorizado a continuar estudando ao longo da vida.

## Referências:

ANDRÉ, Bianka Pires. A motivação nos professores da EJA: o desafio de ensinar. **Revista Científica Interdisciplinar**. 2015, p. 8411.

ANICA, Aurízia et al. Envelhecimento ativo e educação. **Envelhecimento ativo e educação**, 2014.

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho; FREITAS, Cristiane Redin; LAMPERT, Melissa e TIRELLI, Cláudia. Envelhecimento ativo: um panorama do ingresso de idosos na universidade. Rev. **Reflex** [online]. 2016, vol.24, n.3, pp.212-229.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 15/01/2024

BRASIL. **Parecer CNE 11/2000**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja\\_parecer11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proeja_parecer11_2000.pdf). Acesso em: 15/01/2024

COSTA, Maria das Graças Pereira. Ecologia da Escola: capacitação de professores por meio da educação à distância. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, n.5, p. 37-52, 2001

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre estudos de sociologia do envelhecimento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 9, p. 67-88, 2019.

D'ALENCAR, Raimunda Silva. Ensinar a viver, ensinar a envelhecer: desafios para a educação de idosos. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 4, 2002.

FERNANDES, Camila Aparecida Carneiro. **Idosos universitários e Reconhecimento: acesso, permanência e os desafios na Universidade Federal de Viçosa**. 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2020.

FERNANDES, Camila Aparecida Carneiro; MEUCCI, Arthur; GEREMIAS, Bethânia Medeiros. A importância do reconhecimento familiar dos idosos estudantes na decisão de ingressar e permanecer no Ensino Superior. 2021. In Joaquim Pinheiro (coord.), **Olhares sobre o envelhecimento**. Estudos interdisciplinares, vol. II, pp. 1-12.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

FREIRE. P. **Pedagogia do oprimido** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUILLEMARD, Anne Marie. **La retraite une mort sociale**. Paris:Mouton, 1972.

GOUVEIA, D. S. M.; SILVA, A. M. T. B. da. Os idosos na educação de jovens e adultos: uma história de exclusão e busca pela educação e cidadania. In: colóquio internacional educação, cidadania e exclusão: didática e avaliação, 6, 2015. Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça o Brasil – população**. Educa. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 07/12/2023.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**. Nº 78, Abril/2002.

OLIVEIRA, L. L; SARRAIPO, M. A. dos S; RAYMUNDO, R. S; LEÃO, M. A. B. G; CASTRO, M. A. C. D; PACHECO, M. M. D. R. A presença do idoso no ensino superior brasileiro e os rumos dos modelos de ensino-aprendizagem. **Revista Perspectivas Do Desenvolvimento**, 4(5). 2016

OLIVEIRA, Luciana Lucci et al. A presença do idoso no ensino superior brasileiro e os rumos dos modelos de ensino-aprendizagem. **Revista perspectivas do desenvolvimento**, v. 4, n. 5, 2016.

PEREIRA, J.M.M. A escola do riso e do esquecimento: idosos na educação de jovens e adultos. In: **Educação em foco**. Juíz de Fora, MG: UFJF, v.16, n. 2, set. 2011/fev. 2012.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; MEIRA, Anita Monik Teixeira; MOITINHO, Cleidemar Ramos. História de vida de idosos no ensino superior: percursos inesperados de longevidade escolar. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 8, n. 3, p. 340-369, set. 2018.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Os idosos na EJA: uma política de Educação inclusiva. **Olhar de professor**, v. 19, n. 2, p. 149-161, 2016.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em Revista**, v. 32, p. 251-268, 2016.

VILANOVA, R. MARTINS, I. Educação em Ciências e Educação de Jovens e Adultos: pela necessidade do diálogo entre campos e práticas. In: **Ciência e Educação**, v. 14, n. 2, p. 331-346, 2008.

VILLAS-BOAS, Susana *et al.* A Educação Intergeracional no Quadro da Educação ao Longo da Vida: desafios intergeracionais, sociais e pedagógicos. **Investigar em Educação: Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, p. 117-141, 2016.